ATIVIDADE: CONFECÇÃO

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO (LAMI)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.

11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;

15 – Conta de luz;

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Declaração informando o número de funcionários;

18 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (Ver NBR 7229) (se for o caso);

19 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

20 – Checklist da atividade;

21 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: CONFECÇÃO

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL INTEGRADA (LAMIN)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.

11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;

15 – Conta de luz;

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Declaração informando o número de funcionários;

18 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (Ver NBR 7229) (se for o caso);

19 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

20 – Checklist da atividade;

21 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: CONFECÇÃO

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO (LAMO)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).
17 – Contrato com a empresa que realizará a coleta dos retalhos;
18 – Declaração informando o número de funcionários;
19 – Relatório fotográfico da implantação do Sistema Fossa, Filtro Sumidouro, (se for o caso);
20 – Certidão do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro, (se for o caso).

21 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
22 – Checklist da atividade;
23 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: CONFECÇÃO

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA (LAMP)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).
17 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
18 – Checklist da atividade;
19 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.